



**Edição nº 588 – 28/05/2019**

(Período 21 a 28 de maio de 2019)

## **1. PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO**

### **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**Edital de Proposta de Súmula Vinculante nº 2/2019 – Presidência** - Prazo de 20 dias. Proposta de Verbete: *“O reconhecimento da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da [Lei nº 11.343/2006](#) afasta, por si só, a imposição do regime de cumprimento de pena mais severo dentre aqueles que a pena aplicada permitir, salvo se houver fundamentação nas especificidades do caso concreto.”* - **em anexo.**

### **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Emenda Regimental nº 31/2019 – Presidência** - altera dispositivo do Regimento Interno que regulamenta o prazo de permanência em exercício dos assessores em suas funções no caso de aposentadoria do Ministro a cujo Gabinete estejam vinculados - **em anexo.**

**Emenda Regimental nº 32/2019 – Presidência** - disciplina a participação no julgamento de Ministro que não assistiu às sustentações orais - **em anexo.**

**Emenda Regimental nº 33/2019 – Presidência** – disciplina a formulação de pedido de vista coletivo no Superior Tribunal de Justiça - **em anexo.**

**Emenda Regimental nº 34/2019 – Presidência** – disciplina as publicações a cargo do Gabinete da Revista do Superior Tribunal de Justiça - **em anexo.**

**Emenda Regimental nº 35/2019 – Presidência** – altera os artigos 100, 103 e §§, 125, § 2º, 126, § 1º, 127, § 1º, e 147 do [Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça](#), e dá outras providências *(sobre os registros das sessões, tendo em vista a*

*substituição do sistema de apanhado de notas taquigráficas das sessões de julgamento pelo de captura em mídia de audiovisual) - em anexo.*

## **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

**Portaria nº 370/2019 - Presidência** – estabelece o custo por eleitor em eleições municipais.

**Portaria nº 377/2019 - Presidência** - estabelece o valor máximo para pagamento de alimentação a mesários e colaboradores.

**Portaria nº 382/2019 - Presidência** - institui grupo de trabalho incumbido de elaborar propostas de novas linhas de ação do Tribunal Superior Eleitoral sobre desinformação e eleições.

**Portaria nº 375/2019 - Direção-Geral** - institui o Núcleo de Desenvolvimento Colaborativo, no âmbito da Justiça Eleitoral, com o objetivo de desenvolver e sustentar a solução de Georreferenciamento de Locais de Votação e Cartórios Eleitorais GEL.

**Ordem de Serviço nº 01/2019 - TRE/PR** – institui processo de trabalho para a utilização de serviço de transporte de passageiros mediante plataforma *web* e aplicativos para *smartphones* e *tablets*, no âmbito da Justiça Eleitoral do Paraná.

## **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

**Portaria nº 268/2019 - Presidência** - dispõe sobre a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2019, nos termos previstos no § 2º, art. 55 da **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**.

**Ata - Sessão Ordinária** – realizada em 15/04/2019, na Sede do Conselho da Justiça Federal em Brasília/DF.

**Resolução nº 548/2019 - Presidência** – dispõe sobre a alteração da **Resolução CJF nº 4, de 14 de março de 2008**, na parte que trata do auxílio pré-escolar.

**Resolução nº 549/2019 - Presidência** – dispõe sobre a alteração de dispositivos da **Resolução nº 83, de 11 de dezembro de 2009**, que trata da organização, funcionamento e competência do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.

**Resolução nº 550/2019 - Presidência** – dispõe sobre a alteração de dispositivos da **Resolução nº 261, de 30 de abril de 2002**, que institui diretrizes para a implantação do Programa Permanente de Treinamento e Desenvolvimento dos Servidores do Conselho e da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus.

#### **Ato Edital nº 900000076602 - Turma Nacional de Uniformização dos JEFs –**

O Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, no uso de suas atribuições regimentais e conforme o previsto no art. 17, inciso III, do Regimento Interno da TNU, instituído pela Resolução nº 345/2015, torna pública a deliberação do Colegiado da TNU na sessão de 23 de maio do corrente ano, nos autos do processo acima identificado, sob a relatoria da Juíza Federal Isadora Segalla Afanasieff, em que afetou o tema do presente feito como REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, para que pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia possam apresentar memoriais escritos no prazo de dez dias. Questão controvertida (Tema 212): ***"Saber se o militar promovido no período de até um ano após fazer jus ao auxílio-fardamento tem direito somente à diferença entre o valor do auxílio referente ao novo posto ou graduação e o efetivamente recebido, nos termos do art. 61, do [Decreto nº 4.307/2002](#)".***

#### **Ato Edital nº 900000076611 - Turma Nacional de Uniformização dos JEFs –**

O Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, no uso de suas atribuições regimentais e conforme o previsto no art. 17, inciso III, do Regimento Interno da TNU, instituído pela Resolução nº 345/2015, torna pública a deliberação do Colegiado da TNU na sessão de 23 de maio do corrente ano, nos autos do processo acima identificado, sob a relatoria do Juiz Federal Bianor Arruda Bezerra Neto, em que afetou o tema do presente feito como REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, para que pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia possam apresentar memoriais escritos no prazo de dez dias. Questão controvertida (Tema 211): ***"Saber se, para o reconhecimento de tempo especial pela exposição nociva aos agentes biológicos mencionados na legislação previdenciária, há necessidade de comprovar a habitualidade e a permanência".***

#### **Ato Edital nº 900000076609 - Turma Nacional de Uniformização dos JEFs –**

O Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, no uso de suas atribuições regimentais e conforme o previsto no art. 17, inciso III, do Regimento Interno da TNU, instituído pela Resolução nº 345/2015, torna pública a deliberação do Colegiado da TNU na sessão de 23 de maio do corrente ano, nos autos do processo acima identificado, sob a relatoria do Juiz Federal Bianor Arruda Bezerra Neto, em que afetou o tema do presente feito como REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA, para que pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia possam apresentar memoriais escritos no prazo de dez dias. Questão controvertida (Tema 210): ***"Saber se, para o reconhecimento de tempo especial pela exposição nociva ao agente físico eletricidade, há necessidade de comprovar a habitualidade e a permanência".***

### **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**Portaria nº 483/2019 – Presidência** - dispõe sobre a revogação da [IN-42-J-02](#) do TRF-4ª Região, que trata do Registro, Classificação, Distribuição e Baixa de Processos - **em anexo**.

**Resolução nº 51/2019 - Presidência** - dispõe sobre a aprovação e publicação do Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 4ª Região referente ao 1º quadrimestre de 2019.

**Resolução nº 52/2019 - Presidência** – dispõe sobre alterações na estrutura organizacional da 2ª Vara Federal de Gravataí, SJRS - **em anexo.**

**Resolução nº 53/2019 - Presidência** – dispõe sobre a Política de Compras Sustentáveis no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - **em anexo.**

**Resolução nº 54/2019 - Presidência** – dispõe sobre o regime de auxílio à 13ª Vara Federal de Curitiba, e estabelece outras providências - **em anexo.**

**Instrução Normativa nº 35/2019 - Presidência** – estabelece os procedimentos relativos ao Programa de Reciclagem Anual para Atividade de Segurança dos Agentes de Segurança Judiciária no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 4ª Região - **em anexo.**

## **JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ**

**Portaria nº 694/2019 – Direção do Foro da Subseção Judiciária de Cascavel** - constitui a Brigada de Incêndio da Subseção Judiciária de Cascavel e estabelece critérios para a composição, coordenação dos Brigadistas Voluntários, dentre outras providências - **em anexo.**

## **2. DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**

**Resolução nº 149/2019 - Conselho Superior - republicação** - dispõe que os usuários dos serviços da DPU deverão ser preferencialmente comunicados de atos processuais e notificados a comparecerem aos setores de assistência jurídica da DPU (setor de atendimento) por mensagens eletrônicas (Whatsapp ou similar), correio eletrônico (e-mail) ou por telefone.

**Resolução nº 150/2019 - Conselho Superior** - dispõe sobre a classificação da visão monocular como deficiência no âmbito da Defensoria Pública da União e dá outras providências.

## **3. PODER LEGISLATIVO DA UNIÃO**

**Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 30/2019** - designa os integrantes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

**Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 31/2019** – faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 877, de 25 de março de 2019**, publicada no Diário Oficial da União no dia 26, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para dispor sobre a

dispensa de retenção de tributos federais na aquisição de passagens aéreas pelos órgãos ou pelas entidades da administração pública federal", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

[\*\*Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 32/2019\*\*](#) – faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a [\*\*Medida Provisória nº 878, de 27 de março de 2019\*\*](#), publicada em Edição Extra no Diário Oficial da União no dia 27, do mesmo mês e ano, que "Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

#### **4. PODER EXECUTIVO FEDERAL**

##### **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

[\*\*Medida Provisória nº 883/2019\*\*](#) - revoga a [\*\*Medida Provisória nº 866, de 20 de dezembro de 2018\*\*](#), que autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A.

[\*\*Decreto nº 9.785/2019 - retificação\*\*](#) - regulamenta a [\*\*Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003\*\*](#), para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.

[\*\*Decreto nº 9.797/2019\*\*](#) - altera o [\*\*Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019\*\*](#), que regulamenta a [\*\*Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003\*\*](#), para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, e o [\*\*Decreto nº 9.607, de 12 de dezembro de 2018\*\*](#), que institui a Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa.

[\*\*Decreto nº 9.798/2019\*\*](#) - altera o [\*\*Decreto nº 4.993, de 18 de fevereiro de 2004\*\*](#), que cria o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG.

[\*\*Decreto nº 9.799/2019\*\*](#) – altera o Anexo ao [\*\*Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009\*\*](#), que regulamenta a [\*\*Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994\*\*](#), que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas.

[\*\*Decreto nº 9.800/2019\*\*](#) – institui o Grupo de Trabalho Interministerial de Acompanhamento da Situação no Golfo da Guiné.

[\*\*Decreto nº 9.801/2019\*\*](#) – autoriza a nomeação de candidatos aprovados no concurso público para os cargos do Quadro de Pessoal da Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

[Decreto nº 9.802/2019](#) - promulga o Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com Relação a Aruba, firmado em Brasília, em 16 de setembro de 2014.

[Decreto nº 9.803/2019](#) - promulga o Acordo de Cooperação no Âmbito da Defesa entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, firmado em Madri, em 3 de dezembro de 2010.

[Decreto nº 9.804/2019](#) - altera o [Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018](#), que institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.

[Decreto nº 9.805/2019](#) - dispõe sobre a execução do Vigésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36 (28PA-ACE36), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e o Estado Plurinacional da Bolívia.

## **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**

[Decisão Executiva nº 18/2019 - Fundação Biblioteca Nacional](#) - torna público o resultado do Prêmio Camões de 2019, atribuído ao escritor brasileiro Chico Buarque de Hollanda em 21 de maio de 2019, no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, pelo júri constituído por Antonio Cicero Correia Lima; Antonio Hohlfeldt, Clara Rowland, Manuel Frias Martins, Ana Paula Tavares e Nataniel Ngomane, conforme Ata da reunião.

## **MINISTÉRIO DA DEFESA**

[Portaria Normativa nº 30/2019 - Gabinete do Ministro](#) - institui diretrizes para a implementação da Rede Vitória Régia, no âmbito do Projeto Amazônia Conectada, regido pela [Portaria Interministerial nº 586, de 22 de julho de 2015](#).

## **MINISTÉRIO DA ECONOMIA**

[Portaria nº 240/2019 - Gabinete do Ministro](#) - dispõe sobre os procedimentos e requisitos gerais para a transferência dos serviços de concessão, pagamento e manutenção de aposentadorias e de pensões do Regime Próprio de Previdência Social dos órgãos da Administração Pública Federal direta para o Ministério da Economia.

[Portaria nº 241/2019 - Gabinete do Ministro](#) - autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a integrar programa de gestão, em experiênciapiloto, na modalidade teletrabalho, nas seguintes atividades: I - análise de requerimentos de reconhecimento inicial de salário-maternidade; II - análise de requerimentos



de reconhecimento inicial de aposentadoria por idade; e III - análise de processos com indícios de irregularidade.

**Portaria nº 2/2019 - Subsecretaria de Gestão Orçamentária** - altera parte dos prazos para as atividades do processo orçamentário federal no exercício de 2019.

**Portaria nº 35/2019 - Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União** - estabelece os prazos e as condições para o lançamento e cobrança das taxas de ocupação e foros de terrenos da União, relativo ao ano de 2019.

**Resolução nº 681/2019 - INSS** - institui, a título de experiência-piloto, as Centrais Especializadas de Alta Performance no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social, como Programa de Gestão na modalidade de teletrabalho.

**Resolução nº 5/2019 - Secretaria Especial da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional** - define os prazos e requisitos mínimos a serem observados pela Secretaria do Tesouro Nacional para fins de manifestação acerca de pleitos pautados em reuniões da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX de interesse de estados, Distrito Federal e municípios e respectivas empresas estatais não dependentes para a realização de novas operações de crédito externo com garantia da União.

**Resolução nº 831/2019 - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat)** - estabelece critérios e diretrizes para instituição, credenciamento e funcionamento dos Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda - CTER, nos Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE, nos termos da **Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018**.

**Instrução Normativa nº 1.895/2019 - Secretaria da Receita Federal** - altera a **Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018**, que dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

**Instrução Normativa nº 61/2019 - Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI)** - altera as Instruções Normativas DREI **nº 15, de 5 de dezembro de 2013**, *que trata da formação do nome empresarial e sua proteção*, e **nº 38, de 2 de março 2017**, *que institui os Manuais de Registro de Empresário Individual, Sociedade Limitada, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, Cooperativa e Sociedade Anônima*.

**Instrução Normativa nº 62/2019 - Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI)** - dispõe sobre o registro automático nos atos de arquivamento de ato constitutivo de empresário individual, empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI e sociedade limitada, exceto empresa pública, previsto nos §§ 3º ao 6º do art. 42 da **Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994**, incluídos pela **Medida Provisória nº 876, de 13 de março de 2019**.

[Circular nº 3.942/2019 - Banco Central do Brasil](#) - estabelece procedimentos para a execução pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil das medidas determinadas pela [Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019](#), que dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados.

[Circular nº 858/2019 - Caixa Econômica Federal](#) - dispõe sobre os procedimentos pertinentes à geração e arrecadação da guia de recolhimento mensal e rescisório do FGTS durante período de adaptação à obrigatoriedade à prestação de informações pelo eSocial.

## **MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA**

[Resolução nº 1/2019 - Secretaria Executiva](#) - altera o Programa Nacional de Facilitação do Transporte Aéreo - Profal (*determina que a Polícia Federal e o Ministério das Relações Exteriores deverão estabelecer mecanismos para transmitir informações sobre documentos de viagem brasileiros que tenham sido roubados, extraviados ou revogados, a fim de incluir essa informação na base de dados de documentos roubados e perdidos da Interpol*).

[Resolução nº 5.846/2019 - Agência Nacional de Transportes Terrestres \(ANTT\)](#) - altera a [Resolução nº 4.308, de 10 de abril de 2014](#), que "dispõe sobre a sistemática de identificação dos passageiros dos serviços de transporte rodoviário e ferroviário de passageiros regulados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT" (*estabelece que, quando se tratar de viagem nacional, nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da Comarca de onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial*).

[Instrução Normativa nº 5/2019 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes \(DNIT\)](#) - institui no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade por Custos Ambientais - PRCA para verificação da responsabilidade de consorciados, convenientes, intervenientes e fornecedores em relação aos custos ambientais impostos ao DNIT em razão de infrações ambientais praticadas.

[Instrução Normativa nº 6/2019 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes \(DNIT\)](#) - dispõe sobre o rito de aplicação das penalidades previstas nas Leis [8.666 de 21 de junho de 1.993](#), [10.520 de 17 de julho de 2.002](#) e [12.462 de 04 de agosto de 2.011](#), instituindo o rito procedimental conexo ao Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR das infrações praticadas por fornecedores, na fase licitatória e/ou contratual, no âmbito deste Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

## **MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS**



[Portaria nº 1.157/2019 - Gabinete da Ministra](#) - institui o Prêmio de Inovação em Políticas Públicas de Juventude.

## **MINISTÉRIO DA SAÚDE**

[Portaria nº 26/2019 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos](#) - torna pública a decisão de não incorporar o vedolizumabe para o tratamento de pacientes adultos com doença de Crohn moderada a grave, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

[Resolução RDC nº 283/2019 - Anvisa](#) - dispõe sobre investigação, controle e eliminação de nitrosaminas potencialmente carcinogênicas em antagonistas de receptor de angiotensina II *(Nitrosaminas são compostos químicos cancerígenos, encontrados sobretudo no nitrato de sódio, que é um conservante utilizado sobretudo em carnes e embutidos para adicionar cor e sabor e prolongar a vida útil destes alimentos).*

[Resolução RDC nº 284/2019 - Anvisa](#) - dispõe sobre a manutenção do ingrediente ativo ácido 2,4-diclorofenoxiacético (2,4-D) em produtos agrotóxicos, no País.

[Resolução RDC nº 285/2019 - Anvisa](#) - proíbe o uso de aditivos alimentares contendo alumínio em diversas categorias de alimentos.

## **MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

[Resolução nº 8/2019 - Agência Nacional de Mineração](#) - altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Mineração, aprovado pela [Resolução nº 2, de 12 de dezembro de 2018](#).

## **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

[Ato nº 1/2019 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade](#) - Ato Justificador da conveniência da outorga de concessão de serviços de apoio à visitação, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza. Objeto: Concessão de serviços de apoio à visitação, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza; Área: Parque Nacional do Iguaçu. Prazo: 20 Anos.

## 5. CONSELHOS PROFISSIONAIS FEDERAIS

### CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

[Resolução nº 203/2019](#) – altera a [Resolução CFO nº 162/2015](#), que trata do exercício da Odontologia Hospitalar pelo cirurgião-dentista.

[Resolução nº 204/2019](#) – altera as alíneas do art. 2º da [Resolução CFO nº 163/2015](#), que conceitua a Odontologia Hospitalar e define a atuação do cirurgião-dentista habilitado a exercê-la.

[Voltar ao topo](#)